

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL**

**CURSO DE APERFEIÇOAMENTO - PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA  
ESCOLA DA TERRA**

**LUCINÉIA DA ROSA PEREIRA**

**MARA LUCIA DA ROSA**

**ROSELAINÉ DA SILVA ROSA**

**EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA A PARTIR DOS COLÉGIOS: DIOGO  
RAMOS DE ADRIANÓPOLIS – PR E MARIA JOANA FERREIRA DE PALMAS - PR**

Relato de Experiência apresentado ao curso de  
Aperfeiçoamento do Programa de Formação  
Continuada Escola da Terra da Universidade  
Federal da Fronteira Sul - UFFS como requisito  
parcial para a conclusão do curso.  
Orientador(a): Prof.(a) Maria Isabel Farias

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2024**

EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA A PARTIR DOS COLÉGIOS: DIOGO RAMOS DE ADRIANÓPOLIS – PR E MARIA JOANA FERREIRA DE PALMAS - PR

**RESUMO:**

Este trabalho de conclusão do Curso Escola da Terra teve como principal intuito investigar as múltiplas narrativas e formas de resistências que permeiam a Educação Escolar Quilombola nos Colégio Diogo Ramos-Adrianópolis em área rural e Colégio Maria Joana Ferreira-Palmas/Pr em área urbana periférica. Para tanto, a problematização gerou em torno das questões, território, identidade, práticas pedagógicas como formas de resistir ao esvaziamento cultural em detrimento do racismo estrutural causando a invisibilização das Comunidades de Remanescentes de Quilombo. Este diálogo entre Educação Quilombola e Educação Escolar Quilombola assim como seus modos de vida contribui para a sistematização do currículo. Neste contexto entende-se que a identidade quilombola se constitui por meio do território como espaços educativos e de resistência atrelado a uma forte conexão com a herança ancestral. Neste sentido os Colégios Diogo Ramos e Colégio Maria Joana Ferreira, buscam priorizar por estes saberes ancestrais em suas práticas pedagógicas, não somente como um currículo próprio, mas, como formas de enfrentamento sistêmico e a valorização da cultura e o fortalecimento da identidade quilombola em seus territórios distintos.

**Palavras-chave:** Educação Escolar Quilombola - Colégios Quilombolas - currículo-território- identidade.

## SUMÁRIO:

|  |           |
|--|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>4</b>  |
| <b>2. DESENVOLVIMENTO.....</b>   | <b>5</b>  |
| <i>2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA:<br/>CONTEXTUALIZANDO OS DESAFIOS E AVANÇOS.....</i>                             | <i>5</i>  |
| <i>2.2 PRÁTICAS DOCENTES: REALIZADAS NOS COLÉGIOS QUILOMBOLAS DE ADRIANÓPOLIS E<br/>PALMAS, NO PARANÁ, SÃO CONSIDERADAS FORMAS DE<br/>RESISTÊNCIA.....</i> | <i>12</i> |
| <b>3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>15</b> |
| <b>4.REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>16</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem o intuito de apresentar uma pesquisa sobre as formas de resistência nos Colégios Estaduais Quilombola: Diogo Ramos e Colégio Quilombola Maria Joana Ferreira.

Para a compreensão do cenário da pesquisa, partimos da localização geográfica do colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, que está situado na comunidade dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá<sup>1</sup>, município de Adrianópolis, sudeste do Paraná, no Vale do Ribeira Paranaense, que fica a 260 km de distância da área metropolitana de Curitiba–PR.

O Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira encontra-se localizado na comunidade quilombola dos Remanescentes de Quilombo Adelaide Maria da Trindade Batista, em área urbana periférica no município de Palmas, sul do Paraná. A comunidade agrega famílias não quilombolas, famílias indígenas das etnias Kaingang e Guarani e cerca de duzentas famílias quilombolas. Comunidade quilombolas esta que teve perda do território, com municipalização forçada, ocorre um estranhamento em relação ao lugar/espço, fator este, fundamental para que sujeitos quilombolas possam entender que o processo identitário perpassa pela territorialidade que se desenvolve a partir de uma forte conexão com o território, evoluindo ao longo do tempo e, especialmente, através do reconhecimento da herança ancestral.

Portanto, a Educação Escolar Quilombola que se desenvolve no Maria Joana busca sistematizar os saberes ancestrais na busca do fortalecimento da Educação Quilombola que ocorre na Comunidade.

O objetivo desta pesquisa foi investigar dois Colégios Quilombolas do Paraná analisando suas formas distintas de resistências e como se dá a constituição da identidade quilombola. Também buscamos entender e a valorização da cultura e a sistematização do currículo na modalidade da Educação Escolar Quilombola.

---

<sup>1</sup>Quilombo João Surá: possui aproximadamente mais de 200 anos de história e resistência, segundo relatórios antropológicos e fontes históricas dos próprios moradores quilombos anciões da comunidade.

Este relato teve como base fundamental as vivências e práticas pedagógicas, de docentes quilombolas, que atuam em Colégios quilombolas no Estado do Paraná estendendo-se a pesquisa bibliográfica para constatar a práxis como formas de resistência como ato político das comunidades quilombolas de fortalecer o processo identitário.

## **2. DESENVOLVIMENTO**

### **POLÍTICAS PÚBLICAS E AS RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: CONTEXTUALIZANDO OS DESAFIOS E AVANÇOS**

Ao inserir a História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no currículo da educação básica, conforme estabelecido no artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (Lei 10.639/03 e 11.645/08), sancionada pelo Governo Federal em 9 de janeiro de 2003 e revisada em 2008, que torna obrigatório o ensino desses conteúdos no ensino fundamental e médio, o objetivo é apresentar e valorizar a cultura africana e indígena, bem como promover o conhecimento e a disseminação das diversas manifestações culturais presentes no território brasileiro (BRASIL, 2004).

Em decorrência disso, destaca-se que a obrigatoriedade do ensino da História e da cultura Afro-brasileira, instituída pelos decretos das leis 10.639/03 e 11.645/08, foi ampliada em 05 de junho de 2012 com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (EEQ), as quais completam 12 anos.

Conforme aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a (EEQ), que possui em sua modalidade a existência da própria legislação, sendo uma forma de se garantir o respeito a especificidade da modalidade, sendo constatado na resolução de nº8 de 20 de novembro de 2012, que define os incisos do art. 7º temos:

IV - proteção das manifestações da cultura afro-brasileira;

V - valorização da diversidade étnico-racial;

VI - promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, credo, idade e quaisquer outras formas de discriminação; VII - garantia dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social das comunidades quilombolas;

VIII - reconhecimento dos quilombolas como povos ou comunidades tradicionais;

XIX - conhecimento dos processos históricos de luta pela regularização dos territórios tradicionais dos povos quilombolas;

X - direito ao etnodesenvolvimento entendido como modelo de desenvolvimento alternativo que considera a participação das comunidades quilombolas, as suas tradições locais, o seu ponto de vista ecológico, a sustentabilidade e as suas formas de produção do trabalho e de vida;

XI - superação do racismo – institucional, ambiental, alimentar, entre outros – e a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito e discriminação racial;

XII - respeito à diversidade religiosa, ambiental e sexual;

XV - superação de toda e qualquer prática de sexismo, machismo, homofobia, lesbofobia e transfobia;

XVI - reconhecimento e respeito da história dos quilombos, dos espaços e dos tempos nos quais as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos quilombolas aprendem e se educam;

XVII - direito dos estudantes, dos profissionais da educação e da comunidade de se apropriarem dos conhecimentos tradicionais e das formas de produção das comunidades quilombolas de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade; XVIII - trabalho como princípio educativo das ações didático-pedagógicas da escola;

XIX - valorização das ações de cooperação e de solidariedade presentes na história das comunidades quilombolas, a fim de contribuir para o fortalecimento das redes de colaboração solidária por elas construídas;

XX - reconhecimento do lugar social, cultural, político, econômico, educativo e ecológico ocupado pelas mulheres no processo histórico de organização das comunidades quilombolas e construção de práticas educativas que visem à superação de todas as formas de violência racial e de gênero (BRASIL, 2012, p.63).

A partir dos incisos do art. 7º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a (EEQ), percebemos que a educação deve ser um instrumento de transformação social e que busque respeitar e valorizar especificidades históricas e culturais das comunidades remanescentes de quilombo de todo Brasil.

A (EEQ) tem sua origem a partir da luta e resistência da população quilombola no Brasil, pelo acesso a direitos fundamentais, unindo-se em busca de dignidade e sobrevivência em seus territórios. As reivindicações pela garantia do território se configuram e norteiam o Projeto Político-Pedagógico das escolas que adotam essa modalidade.

Nesse sentido, Givânia Maria da Silva (2022), compreende que:

(...) as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola se fundamentam, se informam e se alimentam dos saberes locais, tendo como objetivo fortalecer a identidade e as lutas territoriais por direitos de seus sujeitos e sujeitas. Contudo, é preciso registrar que essa realidade ainda não abarca todos os quilombos do Brasil, exigindo dos poderes públicos maior capacidade de articulação e de escuta aos movimentos sociais interessados, neste caso, os quilombolas. (SILVA, 2022, p. 298).

A citação de Givânia Maria da Silva (2022), destaca a importância das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola ao enfatizar que elas devem se basear nos saberes e conhecimentos locais das comunidades. Essa abordagem é fundamental para fortalecer a identidade cultural dos quilombolas e suas lutas por direitos, reconhecendo a singularidade de suas experiências e desafios.

Entretanto, ainda a autora Silva (2022), também aponta uma realidade preocupante que muitas comunidades quilombolas ainda não estão sendo contempladas por essas diretrizes, o que nos revela uma lacuna de caráter urgente que as políticas públicas devem implementar. E visto que os poderes públicos devem se articular em conjunto a movimentos sociais e como sugere a própria autora, é urgente a escuta a vozes dos próprios quilombolas.

Nesta mesma perspectiva trazemos outra autora para dialogar sobre a urgência da implementação. Nesse sentido, Nadia Farias Dos Santos (2018), afirma:

O silêncio que ainda impera dentro das instituições de educação precisa ser quebrado, dando lugar às muitas vozes e identidades que estão em seu interior e são desconsideradas enquanto sujeitos de direitos a uma educação que seja para todos. Essas reflexões devem ser incluídas no cenário educacional, a fim de proporcionar aos educadores reavaliar suas práticas e metodologias que sejam inibidoras das manifestações das matrizes africanas e afro-brasileiras. (SANTOS, 2018, p.84).

A partir da indagação da autora, é possível perceber a urgência de transformar o ambiente educacional em um espaço onde todas as formas de narrativas e identidades sejam ouvidas e, principalmente, respeitadas. Ao reconhecer que a educação é um direito de todos, é fundamental que os educadores reflitam sobre suas práticas pedagógicas e promovam uma educação mais justa e equitativa. Essa abordagem deve levar em consideração a diversidade cultural

presente na sala de aula, assim como as manifestações culturais que emergem da localização geográfica de cada educando que a escola busca atender.

Para compreender os desafios e avanços, buscamos identificar, a partir da Educação Escolar Quilombola, as perspectivas e realidades vivenciadas em dois colégios estaduais quilombolas localizados no estado do Paraná. Essas instituições estão situadas em duas comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

O primeiro colégio é o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos, situado na comunidade quilombola João Surá, no município de Adrianópolis, sudeste do Paraná. Este colégio está situado em uma comunidade do campo que está em processo de regularização fundiária do território.

O segundo colégio é o Colégio Estadual Quilombola Maria Joana Ferreira, situado na comunidade quilombola Adelaide Maria da Trindade Batista, no município de Palmas, sul do Paraná, e que enfrenta desafios para além do ensino-aprendizagem. Conflitos sistêmicos que promovem um quadro de desigualdades que perpassa raça, gênero e classe que afeta diretamente o reconhecimento e a afirmação da identidade quilombola.

Neste sentido o Colégio Maria Joana Ferreira, busca em sua práxis diária valorizar e fortalecer as múltiplas narrativas dos estudantes, por meio dos saberes tradicionais para que assim sintam-se representados em suas culturas.

Abaixo, apresentamos um quadro que delineará os desafios e avanços na educação escolar quilombola.

### 1 Quadro: Avanços e Desafios na Educação Escolar Quilombola

| Educação Escolar Quilombola   |   |
|---|---|
| Desafios e Avanços nacional na Educação Escolar Quilombola  |   |
| <b>Desafios Nacional:</b><br><b>Inexistência de diretrizes estaduais:</b> A falta de diretrizes estaduais dificulta a implementação efetiva da Educação Escolar Quilombola em diversas regiões, prejudicando a garantia de um ensino de | <b>Avanços Nacional:</b><br><b>Carta de anuência:</b> A Carta de Anuência é um documento importante que reconhece o direito das comunidades quilombolas. Este documento é uma exigência para a contratação do profissional que irá atuar em uma escola quilombola no Paraná. Portanto, para lecionar em uma escola localizada |

qualidade que contemple as especificidades culturais e históricas dessas comunidades.

**Formação docente específica para a modalidade:** A necessidade de uma formação docente especializada para atuar na Educação Escolar Quilombola.

**Concurso público específico:** A ausência de concursos públicos específicos para professores que desejam atuar na modalidade quilombola dificulta a seleção de profissionais capacitados e comprometidos com os princípios e objetivos dessa modalidade.

**Não implementação da modalidade nas escolas que atendem estudantes quilombolas:** A não implementação da modalidade de Educação Escolar Quilombola nas escolas que atendem estudantes quilombolas representa um desafio significativo. Isso ocorre devido à falta de políticas públicas efetivas que garantam a inclusão e o respeito à cultura e história dessas comunidades no ambiente educacional. A ausência dessa abordagem específica pode resultar em uma educação desvinculada da realidade e das necessidades dos estudantes quilombolas, dificultando a promoção de uma educação mais inclusiva e culturalmente.

**Plataformas:** A falta de flexibilidade na organização e estrutura das escolas quilombolas, sem considerar as realidades territoriais locais e o número de estudantes, juntamente com o engessamento dos currículos por meio das plataformas, impede um atendimento adequado às necessidades específicas dessas comunidades.

**Hora atividade:** No Paraná houve redução no tempo para preparação de aulas, correção de provas, planejamento pedagógico, entre outras atividades necessárias para a prática docente. A legislação estadual estabelece uma carga horária mínima para a hora-atividade, mas, nos últimos anos, têm ocorrido debates e controvérsias a respeito da adequação e distribuição desse tempo (APP, 2022).

em um território quilombola, é necessário passar pelo processo de autorização da comunidade para ingressar na equipe docente. A Carta de Anuência é emitida pela associação de moradores após a aprovação do candidato/a à vaga.

**Processo Seletivo Simplificado:** A adoção de Processos Seletivos Simplificados facilita a contratação de profissionais para atuarem na Educação Escolar Quilombola, agilizando o preenchimento de vagas e fortalecendo o corpo docente dessas escolas.

**Construção nova unidade escolar:** A construção de novas unidades escolares voltadas para atender especificamente às demandas da Educação Escolar Quilombola representa um avanço significativo no sentido de proporcionar espaços adequados e acolhedores para o desenvolvimento educacional dessas comunidades.

**Novas ementas para o Novo Ensino Médio:** A inclusão de novas ementas do Ensino Médio nos colégios quilombolas foi elaborada em conjunto com os educadores das escolas, com base nas Diretrizes Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, abordando vivências e saberes quilombolas.

|  |   |
|--|---|
| <p style="text-align: center;"><b>Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos (Adrianópolis, PR).</b></p> <p><b>Desafios:</b></p> <p><b>Multiano:</b> Segundo a Minuta de Resolução publicada em 2019 pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED), as Escolas Públicas do Campo com menos de 35 estudantes nos anos finais do Ensino Fundamental deveriam se organizar em classes multisseriadas, o que implica a presença de alunos de diferentes idades e séries na mesma turma. Essa normativa, que também previa o fechamento de algumas escolas, representa uma ameaça ao colégio estadual quilombola Diogo Ramos, que atualmente possui aproximadamente em torno de 29 estudantes (CALDAS, 2023).</p> <p><b>Área esportiva:</b> O colégio não possui uma quadra esportiva. Assim, as vivências e a preparação para os Jogos Escolares do Paraná são realizadas de forma adaptada, utilizando os espaços disponíveis na comunidade.</p> <p><b>Plataformas:</b> O Colégio tem como desafio e compromisso de direcionar seus currículos, reinventar metodologias e didáticas para o reconhecimento da diversidade étnico/cultural, portanto, a proposta não é hierarquizar povos e culturas, mas sim, apresentar elementos no processo educativo que possa compor seus modos de vida.</p> <p><b>Matérias pedagógicas e acesso limitado à internet:</b> Entre os desafios enfrentados pelo colégio, destacam-se a adaptação dos materiais pedagógicos e o acesso limitado à internet. Os professores, a partir de projetos de aprendizagem, fazem adaptações nos materiais pedagógicos, já que os livros didáticos disponíveis não atendem especificamente à educação escolar quilombola. Além disso, a internet instável limita a realização de atividades em plataformas digitais, prejudicando o processo educativo.</p> | <p style="text-align: center;"><b>Avanços:</b><br/><b>Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos</b></p> <p><b>Turma Paulo Freire; LeCampo/UFPR:</b> A criação da Turma Paulo Freire e parcerias como a LECAMPO/UFPR demonstram iniciativas positivas voltadas para o fortalecimento da Educação Escolar Quilombola, promovendo a troca de saberes e experiências enriquecedoras para todos os envolvidos.</p> <p><b>Professores Quilombolas:</b> No Colégio Diogo Ramos, quase todos os professores são quilombolas oriundos do Quilombo João Surá, o que torna o processo educativo ainda mais diversificado. A cultura e os conhecimentos étnico-culturais fazem parte da identidade dos professores e se somam aos demais integrantes da equipe de trabalho do colégio.</p> <p><b>Gestão Quilombola - Coletivo Estadual de Educadores(as) Quilombolas:</b> A atuação do Coletivo Estadual de Educadores(as) Quilombolas na gestão educacional contribui para a promoção de políticas inclusivas e afirmativas, garantindo a participação das comunidades quilombolas na construção de uma educação mais justa e igualitária.</p> |
|--|---|

|   |   |
|---|---|
| <p style="text-align: center;"><b>Colégio Maria Joana Ferreira (Palmas, Paraná), Desafios:</b></p> <p><b>Esvaziamento cultural:</b> A urbanização forçada na Comunidade de Adelaide, causou a perda de tradições e costumes, enfraquecendo a identidade cultural da Comunidade.</p> <p><b>Especulação imobiliária e agrário:</b> conflitos com moradores de condomínio, chacreiros e fazendeiros no processo de titulação do território.</p> <p><b>Acesso a políticas públicas na área da saúde:</b> falta de políticas públicas próprias às comunidades quilombolas que afetam diretamente a aprendizagem dos estudantes (drogadição).</p> <p>Demais desafios se assemelha do Colégio Diogo Ramos</p> <p><b>Inexistência de diretrizes estaduais; Matérias pedagógicas; Plataforma; Formação docente específica para a modalidade: Não implementação da modalidade nas escolas que atendem estudantes quilombolas:</b></p> | <p style="text-align: center;"><b>Avanços:</b></p> <p><b>Período em Tempo Integral:</b> A implementação do tempo Integral na Educação Escolar Quilombola no Colégio Maria Joana Ferreira, possibilitou ampliar o currículo próprio com ementas voltadas para a realidade da comunidade, bem como ampliação do tempo na escola pelos estudantes auxiliou o ensino-aprendizagem também retirando os estudantes em situação de vulnerabilidade social</p> <p><b>Estrutura:</b> A troca de prédio com o município, ainda não totalmente adequada, mas com a melhoria de espaço.</p> <p>Demais desafios se assemelha do Colégio Diogo Ramos</p> <p><b>Gestão Quilombola - Coletivo Estadual de Educadores(as) Quilombolas; Novas ementas para o Novo Ensino Médio;</b></p> |
|---|---|

Fontes: Autoras 2024\_\*Consultas a professores dos colégios e dados da (CONAQ).<sup>2</sup>

A partir do quadro acima, podemos analisar que a Educação Escolar Quilombola enfrenta uma série de desafios a serem superados. Embora exista uma lei que torna obrigatório o ensino sobre a História da África e das culturas afro-brasileiras como conteúdo escolar, essa realidade ainda não se concretizou para todas as comunidades. Muitas delas ainda não estão sendo contempladas com um ensino que respeite as especificidades culturais e históricas das comunidades quilombolas.

Segundo Givânia (2011),

<sup>2</sup> É a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas do Brasil (CONAQ), é a representação máxima de todas as comunidades quilombolas em nível nacional do Brasil.

[...] Considerando que foram disponibilizados recursos no Orçamento da União e pouco se acessou tal recurso, identifica-se uma questão a ser refletida: que razões levaram os municípios e estados não buscarem os recursos destinados para investir na construção de escola, elaboração de material didático e formação de professores? [...] (SILVA, 2011. p.6).

A partir da indagação da autora Silva (2011), sobre a disponibilidade de recursos que possam contribuir para a efetivação da educação escolar quilombola, surge a pergunta: por que os municípios e estados caminham de forma tão lenta e silenciosa para viabilizar a valorização dessa modalidade e atender as regiões onde se localizam esses povos? É necessária uma articulação entre os poderes políticos e uma pressão dos movimentos sociais junto à população quilombola para reivindicar e lutar pelo acesso aos direitos garantidos como forma de reparação constitucional e histórica.

Portanto, embora existam legislações que tornem obrigatório o ensino sobre a História da África e das culturas afro-brasileiras, isso não garante que esse conteúdo esteja efetivamente sendo ensinado nas instituições de ensino. É necessário pautar essa questão para que essa violação seja corrigida e a verdadeira história da população negra e quilombola seja apresentada às futuras gerações da nossa sociedade brasileira. Esse é um caminho “[...] *Apoie candidatos que defendem políticas públicas efetivas e transformadoras*” (Ribeiro, 2019, p.49). A autora Djamilia Ribeiro nos sugere um desafio: combater a desigualdade racial e se informar sobre as políticas públicas, além de conhecer os candidatos políticos antes de manifestar apoio.

## 2.1 PRÁTICAS DOCENTES: REALIZADAS NOS COLÉGIOS QUILOMBOLAS DE ADRIANÓPOLIS E PALMAS, NO PARANÁ, SÃO CONSIDERADAS FORMAS DE RESISTÊNCIA

A premissa das diretrizes define que "a Educação Escolar Quilombola requer uma pedagogia própria, respeitando as especificidades étnico-raciais e culturais de cada comunidade quilombola, enfatizando a importância de um espaço educacional que valorize múltiplas narrativas e contribua para o processo identitário dos sujeitos envolvidos" (BRASIL, 2012, Resolução CNE/CEB nº 08).

Entretanto a sistematização dos currículos só é possível atrelado aos os modos de vida na Educação Quilombola que perpassa por vivências que acontece na oralidade nas rodas de conversas com griots na partilha de memórias coletivas, na musicalidade e corporeidade que se manifesta na interação com os outros e consigo mesmo, no ato de brincar na construção de aprendizagens, no senso de comunidade e de unidade, na energia vital o “axé “como a força individual que circula entre o ambiente e o indivíduo, impulsionando-o a agir, o ciclo retorna ao ponto de partida com a circularidade, é o preservar a história negligenciada para a constituição de um processo identitário com base na ancestralidade africana que permeia corpos negros/quilombolas, estes saberes perpassam pelos Valores Civilizatórios afro-brasileiros encontrados na educação quilombola.

Neste contexto compreende-se que a escola junto a lideranças e coletivos buscam por meio de currículo próprio a conexão entre sujeitos e territorialidade.

Para tanto, destacamos as práticas de docência como formas de resistência presentes em dois Colégios Estaduais do estado do Paraná, que oferecem a modalidade (EEQ): o Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos e o Colégio Estadual Quilombola.

Vamos começar apresentando uma prática docente realizada no Colégio Diogo Ramos, em Adrianópolis, Paraná, que buscou promover a integração do conhecimento universal, da educação quilombola local e da educação escolar quilombola.

Em cinco aulas com disciplinas integradas — biologia, filosofia e sociologia — os professores trabalharam o seguinte tema: **Identificação e Mapeamento de Nascente e uma Taipa de 1932-1934 na Comunidade Quilombola João Surá**. Os objetivos ao longo das aulas foram promover a identificação e mapeamento da nascente de água da comunidade quilombola João Surá, discutir a importância da preservação ambiental, especialmente das árvores e da vegetação nativa, compreender o contexto histórico entre 1932 e 1934 em João Surá e analisar, por meio de escutas ativas, as memórias de Dona Joana como um testemunho das experiências da comunidade.

**Figura 1:** Aula de mapeamento de marcos civilizatórios no C. E. Q. Diogo Ramos



Fonte: Lucinéia Pereira (2018).

Nas imagens acima, é possível visualizar os registros fotográficos dos principais momentos. Na primeira foto à direita, temos uma anciã narrando o contexto histórico enfrentado pela comunidade durante o período de 1932-1934<sup>3</sup>. Abaixo, ainda à direita, é possível ver um morador da comunidade apresentando a localização de onde ficavam os vestígios da taipa. Nas demais fotos, já se marcam os momentos em que os estudantes estão em sala de aula realizando os registros e o mapeamento dos marcos civilizatórios, que buscam conectar os estudantes com suas raízes culturais. Isso promove uma aprendizagem significativa por meio do território, vivências que fazem parte de importantes períodos históricos para a memória da comunidade. Deste modo, busca-se promover a consolidação da

<sup>3</sup> 1932 – foi período em que as tropas de Getúlio passaram por João Surá.

educação escolar quilombola, que, a partir da prática docente, se torna uma forma de resistência a partir da herança ancestral.

As imagens trazem um pouco das práticas pedagógicas no Colégio Maria Joana, com o intuito de valorizar, preservar e fortalecer a cultura africana, afro-brasileira e quilombola, por meio dos modos de ser, fazer dos saberes tradicionais situados nos Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e re (existindo) em uma comunidade quilombola urbana.

**Figura 2:** C. E. Q. Maria Joana: Práticas pedagógicas



Fonte: Mara Lucia da Rosa (2024).

Essas iniciativas são fundamentais para promover a diversidade cultural e a identidade étnica, proporcionando aos estudantes um espaço de reconhecimento e valorização de suas raízes. Ao integrar esses saberes ao cotidiano escolar, contribuímos para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos em relação às diferentes culturas que compõem a sociedade brasileira.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a educação escolar quilombola, realizada nos colégios Diogo Ramos, em Adrianópolis, e Maria Joana Ferreira, em Palmas, ambos no Paraná, teve como objetivo identificar as políticas públicas e as relações com a educação escolar quilombola. Foram destacados os principais desafios enfrentados para a implementação dessa educação nos diversos colégios quilombolas em todo o território nacional, além de apresentar os avanços obtidos a partir da luta quilombola.

Destacamos os desafios e os avanços dos colégios Diogo Ramos e Maria Joana Ferreira. O trabalho trouxe exemplos de práticas docentes realizadas nesses colégios, evidenciando formas de consolidar as resistências do ensino da educação escolar quilombola. Essas práticas apresentam as múltiplas formas de saberes da educação quilombola, o que solidifica efetivamente as práticas docentes que buscam valorizar as relações que define a educação escolar quilombola que requer sua própria pedagogia, promovendo respeito a especificidades étnico-racial e cultural de cada comunidade quilombola do Brasil.

E para concluir, podemos afirmar que a efetivação da educação escolar quilombola requer a articulação entre os poderes políticos e os movimentos sociais. Um exemplo é o movimento negro e a representação da CONAQ (Coordenação Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas), que representa todas as comunidades quilombolas do Brasil em nível nacional. É fundamental que essas lideranças e comunidades quilombolas apresentem suas problemáticas, considerando suas localizações geográficas, para que as demandas sejam identificadas. A partir disso, os poderes políticos devem buscar soluções que garantam a implementação das políticas públicas afirmativas, assegurando a permanência e a existência dessas comunidades em seus territórios quilombolas.

#### 4. REFERÊNCIAS

APP. Sindicato. **Hora-atividade.** 2022. Disponível em: [https://appsindicato.org.br/hora\\_atividade/](https://appsindicato.org.br/hora_atividade/). Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. **Ministério da educação.** 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da educação. **Educação Quilombola**. 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192) . Acesso em: 26 jul. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. 1ª edição. São Paulo: Caminho das Letras, 2019.

SANTOS, F. N. **Entre saberes e Fazeres Docentes: o ensino das relações étnico-raciais no cotidiano escolar**. 1ª edição. Curitiba, PR: Editora Appris, 2018.

SILVA, G. M. **O currículo escolar: identidade e educação quilombola**. 2011. Disponível em: <https://anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0213.pdf>. Acesso em: 11 ago. 24.

SILVA, G. M. **O quilombo de concepção das crioulas: uma terra de mulheres – luta e resistência quilombola**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/46178>. Acesso em: 09 ago. 2024.